



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de assinatura dos atos de nomeação dos integrantes dos  
Conselhos Nacionais do Ministério Público e de Justiça**

**Palácio do Planalto, 08 de junho de 2005**

Meu caro deputado Severino Cavalcanti, presidente da Câmara dos Deputados,

Meu caro ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Meu caro companheiro Berger, ministro interino da Casa Civil,

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro do Estado da Justiça,

Meu companheiro Jacques Wagner, coordenador do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu caro Álvaro Ribeiro Costa, advogado-geral da União,

Meus queridos companheiros e companheiras representando o Poder Judiciário,

Meu querido Cláudio Fonteles, procurador-geral da República,

Meu querido companheiro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça, a quem eu quero render as minhas homenagens e agradecimento pela decisão de consolidar o empréstimo consignado neste país,

Meus queridos companheiros senadores da República, João Batista Mota, nosso querido presidente, José Sarney, nosso querido Maguito Vilela,

Deputado André Zacharow,

Nosso querido ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha,

Deputados Leandro Vilela, Nelson Marquezelli, Pedro Chaves, nosso querido Sigmaringa Seixas,

Ministro Ronaldo Leal, presidente em exercício do Tribunal Superior do



Trabalho,

Senhores ministros dos Tribunais Superiores,

Senhores e senhoras integrantes dos Conselhos Nacionais do Ministério Público e da Justiça,

Meus amigos e minhas amigas,

É com satisfação que nomeio hoje os membros de dois órgãos de importância fundamental para o aprofundamento da democracia em nosso país: o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sua composição, com a presença de juízes, advogados, membros do Ministério Público e de representantes da sociedade civil, é mais uma significativa demonstração do amadurecimento da sociedade brasileira. É uma prova de que a consciência republicana, cada vez mais, permeia os ideais da população e norteia a própria estrutura do Estado.

As instituições públicas têm seu poder e suas atribuições originadas e atreladas ao povo. O respaldo e a legitimidade conferida aos Poderes por esse mesmo povo é fundamental para seu funcionamento. É exatamente por tal motivo que todas elas devem ser pensadas, desenvolvidas e aprimoradas com a participação popular. No caso do Poder Judiciário e do Ministério Público, esta participação é ainda mais importante.

Essas duas instituições prestam um serviço indispensável para a manutenção da democracia e para a consolidação da cidadania. Têm por missão estar a serviço de todos os brasileiros e brasileiras e tratar todos eles com igualdade.

Não é novidade para nenhum de nós, porém, que tanto a Justiça como o Ministério Público enfrentam, há muito tempo, dificuldades em seu funcionamento, cujas conseqüências são sentidas diretamente pela população.

Temos esperanças renovadas em relação ao Conselho Nacional de



Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público. O aprimoramento e a modernização do Poder Judiciário e do Ministério Público certamente serão acelerados com o bom funcionamento desses órgãos.

É claro que seu sucesso vai depender da melhoria dos sistemas de acesso à justiça, da articulação de novos métodos de gestão e da aplicação de mecanismos que garantam cada vez mais a execução das sentenças e o fortalecimento da defesa das instituições democráticas.

Com o ânimo de quem acreditou e acredita nos resultados positivos da reforma do Judiciário, penso que esse rumo de aperfeiçoamento, que renovou e fortaleceu a confiança da sociedade brasileira na justiça, deve ter continuidade.

É preciso que continuemos buscando a aprovação dos projetos de reforma do processo civil, do processo penal e do processo trabalhista, que já estão tramitando no Congresso Nacional. Devemos continuar somando esforços na identificação de experiências bem sucedidas no âmbito da Justiça, nacional e internacional, para aplicá-las e generalizá-las nas diversas instâncias do nosso sistema judicial. É o caso, por exemplo, do desenvolvimento de métodos alternativos de solução de conflitos, como a mediação.

Minhas senhoras e meus senhores,

Conselheiros e conselheiras,

O Brasil está empenhado fortemente em renovar e aperfeiçoar suas instituições democráticas em todos os níveis.

Há um sentimento crescente na sociedade que clama por maior combate à criminalidade, à violência e a toda e qualquer irregularidade na vida pública, com o devido julgamento e punição dos culpados. Tudo deve ser feito – por todos os Poderes da República – para acabar, definitivamente, com a impunidade no nosso país.

É evidente que, para isso, nossas instituições republicanas têm de ser



reforçadas e aperfeiçoadas, como reafirmei ontem na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção.

Nós sabemos que todo progresso de uma sociedade é condicionado – ou se faz acompanhar – pelo aprimoramento de suas instituições, em especial das instituições que sustentam os Poderes da República.

No Brasil, o tema da reforma política, por exemplo, há muito tempo está presente na pauta do Congresso e dos partidos políticos.

É hora de a sociedade brasileira dar uma forte contribuição a esse processo, levando aos nossos parlamentares sugestões e propostas dos mais variados protagonistas sociais, que também se sentem responsáveis pelas mudanças em tão importante e complexa matéria.

Conclamamos todos – universidades, sindicatos de trabalhadores e de empresários, movimentos sociais, intelectuais, OAB, ABI e tantas outras entidades da sociedade civil – a debaterem a questão da reforma política, sistematizando suas conclusões e enviando-as ao Congresso Nacional.

Tenho certeza de que o Poder Judiciário – como um todo – está disposto a somar forças para que realizemos com sucesso essa empreitada.

No que compete ao governo federal, determinei hoje ao Ministro da Justiça que coordene uma ação conjunta dos Ministros da Articulação Política, da Secretaria-Geral e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no sentido de elaborar, no máximo em 45 dias, um relatório sobre a reforma política.

Esse relatório deve apontar propostas para o fortalecimento dos partidos políticos, o aperfeiçoamento de regras do sistema eleitoral e a disciplina do financiamento das campanhas eleitorais no Brasil.

Nesse trabalho devem ser ouvidas as instituições e personalidades que já têm experiência e estudos acumulados sobre o tema.

Antes de dar parabéns aos Conselhos, eu queria dizer que, nesses dois anos, e poderia falar do presidente João Paulo e do presidente Sarney,



possivelmente com o reconhecimento do ministro Nelson Jobim, a sociedade brasileira, mais rapidamente, reconheça a evolução que foi feita no Congresso Nacional nos dois anos em que vocês presidiram as duas Casas do Congresso.

Muitas coisas que pareciam impossíveis, muitas coisas que estavam acumuladas há dez, 12, 14 anos, quando o ministro Jobim fala da Constituição de 1988, esses temas foram debatidos em 1987 e 1988, e nós não conseguimos chegar a nenhuma conclusão, e isso já faz, praticamente, 17 anos.

Nós não temos o direito de continuar a permitir que as coisas demorem tanto para acontecer. É plenamente possível, definitivamente, o Congresso Nacional se debruçar sobre a reforma política.

Eu me lembro, meu querido ministro Márcio Thomaz Bastos, meu querido Presidente da Câmara, meu querido Nelson Jobim, Cláudio Fonteles, que eu era deputado constituinte, quando o então senador Marco Maciel, que era um homem fissurado pela reforma política, procurava a oposição para discutir um projeto de reforma política – estou falando de coisas há 18 anos – e a reforma política começa a ser o mesmo que foi a reforma tributária no Brasil, o mesmo que foi a Assembléia Nacional Constituinte, o mesmo que foi a reforma da Previdência. Começa a ser uma palavra mágica que todo mundo fala a todo instante, mas a gente não quebra a casca do ovo para que a gente possa ver o que vai sair de dentro daquele ovo.

Certamente o Congresso Nacional deve ter nos seus anais, e como proposta de projetos, as mais bem elaboradas propostas políticas para a reforma política neste país. Certamente, ao longo da História do Brasil, senadores e deputados, ao longo de anos e, porque não dizer, ao longo de décadas, produziram propostas, partidos produziram propostas, universidades produziram propostas, movimentos sociais produziram propostas. É de se perguntar: por que não anda, se a grande maioria perguntada é favorável à



reforma política? O que tem de tão sagrado que a reforma política não pode ser um instrumento de consolidação da democracia deste país e de fortalecimento dos partidos políticos do nosso país?

Nós não queremos que o Poder Executivo seja a voz determinante do processo da reforma política. Mas, como eu disse agora, sob a coordenação do Ministério da Justiça, nós vamos fazer à Câmara, ao Senado e aos deputados e senadores a boa insinuação da boa provocação do debate político sobre este tema, que ganha dimensão extraordinária no nosso país neste momento histórico. Eu estou convencido que, da mesma forma que aprovamos a Reforma do Judiciário, da mesma forma que aprovamos a Reforma Tributária, da mesma forma, presidente João Paulo, que se aprovou projetos que pareciam impossíveis ser aprovados, na hora em que houver a disposição política de muitos deputados, do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado, dos presidentes dos partidos, a reforma política fluirá com tanta rapidez que muita gente vai ficar surpresa, porque ela demorou tanto para ser aprovada. E, obviamente que prevalece aqui uma coisa que é própria da democracia: ninguém, individualmente, levará vantagem, nenhuma partido, individualmente, ganhará. Quem ganhará com a reforma política será a sociedade brasileira, os próprios partidos políticos e, porque não dizer, a democracia do nosso país. Eu acho que é extremamente importante a gente aproveitar este momento político para discutir este tema que, de vez em quando, se transforma em tabu dentro do Congresso Nacional.

E quero, por fim, parabenizar a todos vocês e torcer e pedir a Deus que vocês tenham pleno êxito nas atividades do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, porque como é o primeiro mandato, é a primeira experiência. E a gente diz sempre que o filho, seja de um ser humano ou de um animal, a primeira impressão que fica, a primeira cara que marca, é a primeira cara que ele vê. Vocês estarão sendo vistos pela sociedade como a primeira experiência de uma coisa sonhada e reivindicada



pela sociedade brasileira, sobretudo, aqueles que se envolvem com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, há muitos anos.

Portanto, agora, caem sobre as costas de vocês a responsabilidade de provar, de afirmar, que valeu a pena tanta gente, durante tantos anos, brigar para que nós pudéssemos criar os dois Conselhos.

Meus parabéns, boa sorte e que Deus possa abençoar a nova atividade de vocês.

Sorte!